Revista MIRANTE
ISSN: 1981-4089

TURISMO COMUNITÁRIO: PARA ALÉM DO ESTADO E DO MERCADO

Community-based tourism: beyond the state and the market

Turismo comunitario: más allá del estado y del mercado

Saulo Azevedo Miranda
Universidade Estadual de Goiás - UEG, Cidade de Goiás - GO
saulo.miranda@aluno.ueg.br

RESUMO
O turismo de massa, historicamente estruturado a partir da exploração intensiva de territórios, da apropriação de recursos naturais e da mercantilização de culturas locais, consolidou-se como paradigma hegemônico da atividade turística global. Esse modelo, alinhado às lógicas capitalistas de acumulação e expansão, frequentemente desconsidera as dinâmicas socioculturais dos territórios visitados, contribuindo para processos de gentrificação, degradação ambiental e apagamento de saberes tradicionais. Em contraposição a essa lógica, este artigo tem como objetivo analisar o turismo comunitário autogestionário como uma prática de governança dos bens comuns, capaz de reconfigurar as relações entre território, sociedade e natureza a partir de outras racionalidades sociopolíticas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-exploratório, baseada em ampla revisão bibliográfica e análise documental de experiências empíricas no Brasil, como iniciativas indígenas, quilombolas e redes comunitárias de turismo. Os resultados demonstram que a autogestão comunitária se estrutura em princípios como o apoio mútuo, a participação coletiva, a soberania territorial e o controle narrativo sobre os processos turísticos, promovendo a descolonização do "olhar turístico" e a valorização de cosmologias próprias. Essas práticas constroem alternativas concretas alinhadas ao paradigma do "Bem Viver", que propõe relações de reciprocidade, complementaridade e respeito entre seres humanos e natureza. Conclui-se que o turismo comunitário autogestionário configura-se como um verdadeiro laboratório político, no qual se experimentam formas não hierárquicas de organização social e de gestão dos comuns, desafiando as lógicas estatais e capitalistas que moldaram a atividade turística e apontando caminhos para futuros pós-capitalistas.
Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Autogestão. Bem Viver. Apoio Mútuo.

ABSTRACT
Mass tourism, historically structured through the intensive exploitation of territories, the appropriation of natural resources, and the commodification of local cultures, has established itself as the hegemonic paradigm of global tourism activity. This model, aligned with capitalist logics of accumulation and expansion, frequently disregards the sociocultural dynamics of the visited territories, contributing to processes of gentrification, environmental degradation, and the erasure of traditional knowledge. In opposition to this logic, this article aims to analyze self-managed community-based

tourism as a practice of governance of the commons, capable of reconfiguring the relations between territory, society, and nature through alternative sociopolitical rationalities. Methodologically, this is qualitative research of a theoretical-exploratory nature, based on an extensive literature review and documentary analysis of empirical experiences in Brazil, such as indigenous initiatives, quilombolas, and community tourism networks. The results demonstrate that community self-management is structured on principles such as mutual aid, collective participation, territorial sovereignty, and narrative control over tourism processes, promoting the decolonization of the "tourist gaze" and the valuation of their own cosmologies. These practices build concrete alternatives aligned with the "Bem Viver" (Good Living) paradigm, which proposes relations of reciprocity, complementarity, and respect between human beings and nature. It is concluded that self-managed community tourism constitutes a true political laboratory, where non-hierarchical forms of social organization and management of the commons are practiced, challenging the state and capitalist logics that shaped tourism activity and pointing toward post-capitalist futures.
Keywords: Community-Based Tourism. Self-management. Bem Viver. Mutual Aid.

RESUMEN

El turismo de masas, estructurado históricamente a partir de la explotación intensiva de los territorios, la apropiación de los recursos naturales y la mercantilización de las culturas locales, se ha consolidado como el paradigma hegemónico de la actividad turística global. Este modelo, alineado con las lógicas capitalistas de acumulación y expansión, frecuentemente desestima las dinámicas socioculturales de los territorios visitados, contribuyendo a procesos de gentrificación, degradación ambiental y el borramiento de los saberes tradicionales. En contraposición a esta lógica, este artículo tiene como objetivo analizar el turismo comunitario autogestionario como una práctica de gobernanza de los bienes comunes, capaz de reconfigurar las relaciones entre territorio, sociedad y naturaleza a partir de otras racionalidades sociopolíticas. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter teórico-exploratorio, basada en una amplia revisión bibliográfica y un análisis documental de experiencias empíricas en Brasil, como iniciativas indígenas, quilombolas y redes comunitarias de turismo. Los resultados demuestran que la autogestión comunitaria se estructura en principios como el apoyo mutuo, la participación colectiva, la soberanía territorial y el control narrativo sobre los procesos turísticos, promoviendo la descolonización de la "mirada turística" y la valorización de las cosmologías propias. Estas prácticas construyen alternativas concretas alineadas con el paradigma del "Buen Vivir", que propone relaciones de reciprocidad, complementariedad y respeto entre los seres humanos y la naturaleza. Se concluye que el turismo comunitario autogestionario se configura como un verdadero laboratorio político, en el cual se experimentan formas no jerárquicas de organización social y de gestión de los comunes, desafiando las lógicas estatales y capitalistas que moldearon la actividad turística y señalando caminos hacia futuros poscapitalistas.
Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria. Autogestión. Buen Vivir. Apoyo Mutuo.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o turismo se tornou uma das atividades econômicas mais importantes do mundo. É apresentado muitas vezes como uma forma de gerar desenvolvimento, aproximar culturas e valorizar o patrimônio dos lugares. Porém, essa ideia esconde vários problemas. O turismo tradicional costuma transformar a cultura em produto para vender, provocar a expulsão de moradores locais por causa da valorização dos imóveis, causar impactos ambientais e ainda criar dependência das comunidades em relação às empresas e ao mercado internacional.

Mais do que uma simples atividade econômica, o turismo também é uma forma de poder. Ele muda o modo como os territórios são organizados e impõe uma maneira específica de ver e viver os lugares. O chamado "olhar turístico", por exemplo, conceito trago pelo sociólogo John Urry, transforma a vida e a cultura das comunidades em um espetáculo para ser consumido pelos visitantes. Já o discurso da "sustentabilidade" muitas vezes é usado apenas como propaganda para continuar explorando a natureza e as pessoas. Assim, o turismo de massa não promove trocas verdadeiras entre culturas, mas sim reforça desigualdades e mantém as hierarquias criadas pelo capital e pelo Estado.

Diante disso, não basta apenas criticar esse modelo. É necessário construir alternativas que coloquem a vida e as pessoas no centro disso tudo. O turismo comunitário autogestionário surge como uma dessas alternativas. Ele não é só uma fonte de renda, mas também uma forma de luta política e de reconstrução social, indo além da resistência. Ao permitir que a própria comunidade controle seus recursos, conte sua história e decida sobre o uso do território, esse tipo de turismo quebra a lógica de dominação e mostra que é possível viver de maneira coletiva e solidária. Ele desafia tanto o mercado quanto o Estado, ao priorizar a cooperação, a autonomia e a gestão feita pelas próprias pessoas envolvidas.

O objetivo deste artigo é analisar o turismo comunitário a partir da ideia de autogestão, mostrando como ele pode servir como forma de resistência e como caminho para criar novas formas de organização social. A pergunta que guia esta pesquisa é: como o turismo comunitário autogestionário, entendido como uma forma de governar os recursos coletivos, pode desafiar o poder do Estado e do mercado e fortalecer a autonomia das comunidades? A importância deste estudo está em oferecer uma reflexão crítica sobre o turismo e apresentar caminhos possíveis para construir práticas baseadas na justiça social, na sustentabilidade verdadeira e na autodeterminação dos povos que ali vivem.

Para isso, o artigo está dividido em cinco partes. Depois desta introdução, será apresentada a metodologia utilizada, explicando a abordagem teórico-bibliográfica e a análise de casos escolhidos. Em seguida, terá uma parte para o referencial teórico, logo depois, os resultados vão reunir os principais conceitos sobre autogestão e turismo comunitário. Na discussão, esses conceitos serão relacionados a exemplos reais de iniciativas comunitárias que desafiam a lógica do capital e do Estado. Por fim, a conclusão vai destacar como o turismo comunitário autogestionário pode ser uma ferramenta de transformação social e política.

METODOLOGIA

Este artigo utiliza uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-exploratória e crítica. Isso significa que a pesquisa busca compreender o tema do turismo comunitário autogestionário a partir de reflexões teóricas e da análise de exemplos práticos, sem se preocupar com dados numéricos ou estatísticos. O objetivo é construir uma interpretação crítica sobre o tema, relacionando teoria e prática para revelar como essas experiências desafiam a lógica do Estado e do mercado.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas principais. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática, na qual

foram analisados obras e textos de autores fundamentais para a construção do referencial teórico, como John Urry, Elinor Ostrom, Piotr Kropotkin, Elisée Reclus, Murray Bookchin, Henri Acselrad, Arturo Escobar e Alberto Acosta. A leitura crítica desses autores permitiu compreender conceitos essenciais, como o "olhar turístico", a gestão dos comuns, o apoio mútuo, a ecologia social e o Bem Viver, que servirão de base para a interpretação do turismo comunitário.

A segunda etapa envolveu uma análise documental, que consistiu na busca, seleção e estudo de casos reais de turismo comunitário descritos em artigos acadêmicos, relatórios, sites de redes comunitárias e produções audiovisuais. Entre os exemplos escolhidos, destacam-se iniciativas como a Rede Tucum, no Ceará, e experiências de turismo em comunidades quilombolas. Esses casos foram selecionados por representarem práticas concretas de autogestão, autonomia territorial e resistência frente à exploração capitalista do turismo.

A segunda etapa envolveu uma análise documental, que consistiu na busca, seleção e estudo de casos reais de turismo comunitário descritos em artigos acadêmicos, relatórios, sites de redes comunitárias e produções audiovisuais. Entre os exemplos escolhidos, destacam-se iniciativas como a Rede Tucum, no Ceará, e experiências de turismo em comunidades quilombolas. Esses casos foram selecionados por representarem práticas concretas de autogestão, autonomia territorial e resistência frente à exploração capitalista do turismo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O turismo comunitário autogestionário só pode ser compreendido de forma profunda se for analisado a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, que questione as bases do modelo hegemônico e proponha caminhos alternativos de organização social e territorial. Nesta seção, haverá os principais conceitos e contribuições teóricas que orientam esta pesquisa, divididos em três eixos:

a crítica ao paradigma dominante do turismo, os fundamentos da autogestão e a construção de novas formas de autonomia territorial.

Crítica ao paradigma hegemônico

O turismo tradicional se desenvolveu historicamente como parte de um processo de expansão capitalista e colonial. Nesse contexto, John Urry[1] apresenta o conceito de "olhar turístico" em seu livro O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas (1996), explicando que o turismo define o que deve ser visto, como deve ser visto e o que tem valor. Esse olhar não é neutro: ele transforma culturas vivas em espetáculos e reduz modos de vida complexos a imagens superficiais e exóticas, pensadas para agradar ao visitante e não para fortalecer a comunidade. Como afirma o autor:

> O olhar do turismo é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias. Tais aspectos são encarados porque, de certo modo, são considerados como algo que se situa fora daquilo que nos é habitual. O direcionamento do olhar do turista implica frequentemente diferentes formas de padrões sociais, com uma sensibilidade voltada para os elementos visuais da paisagem do campo e da cidade, muito maior do que aquela que é encontrada normalmente na vida cotidiana. As pessoas se deixam ficar presas a esse olhar, que então é visualmente objetificado ou capturado através de fotos, cartões-postais, filmes, modelos, etc. Eles possibilitam ao olhar ser reproduzido e recapturado incessantemente (URRY, 1996, p. 18).

Essa dinâmica revela como o turismo hegemônico constrói e impõe determinadas formas de ver o mundo, transformando espaços e culturas em objetos de consumo visual e simbólico. Ao fazer isso, ele retira das populações locais o controle sobre sua própria narrativa e identidade. A proposta do turismo comunitário autogestionário surge como uma tentativa de "descolonizar o olhar", devolvendo às comunidades o poder de decidir como querem ser vistas e representadas.

[1] Sociólogo britânico que revolucionou os estudos sobre mobilidade.

Outro elemento central da crítica ao modelo dominante está na discussão sobre a "sustentabilidade". Para Henri Acselrad[2], o discurso do desenvolvimento sustentável foi amplamente apropriado pelo mercado e por governos, tornando-se muitas vezes uma estratégia de marketing que esconde práticas predatórias. Como o autor observa:

> Se o Estado e o empresariado – forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista – incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade (ACSELRAD, 1999, p. 81).

Essa apropriação redefine o conceito segundo os interesses do capital e da lógica estatal, produzindo o que se chama de "sustentabilidade de fachada": um discurso que legitima a exploração econômica e a degradação ambiental ao mesmo tempo em que promove uma imagem de responsabilidade social. Em contraste, o turismo comunitário autêntico propõe uma sustentabilidade radical, construída de baixo para cima e baseada nas necessidades e decisões das próprias comunidades.

Ecologia Social, a governança dos comuns e a autogestão

Superar a lógica do turismo capitalista exige repensar também a forma como os recursos são geridos. Nesse sentido, Elinor Ostrom[3] oferece uma contribuição fundamental ao estudar como comunidades conseguem administrar recursos coletivos como, florestas, rios e terras de maneira eficaz e sustentável. Em sua obra Governing the Commons (1990), a autora apresenta oito princípios que orientam uma gestão comunitária bem-sucedida. Como sintetizam Simões, Macedo e Babo (2011), citando Ostrom (1990):

[2] Pesquisador e professor do IPPUR/UFRJ, é uma das vozes mais proeminentes no Brasil sobre justiça ambiental.
[3] Cientista política e primeira mulher a receber o Nobel de Economia. Sua pesquisa desafiou a "tragédia dos comuns" ao demonstrar, por meio de extensos estudos empíricos, como comunidades locais podem gerir recursos naturais de forma sustentável e autônoma, sem depender exclusivamente da regulação estatal ou da privatização pelo mercado.

> Os oito princípios necessários para garantir a boa gestão de recursos comuns são:
> 1. Demarcação clara das fronteiras dos recursos de bem comum e dos seus utilizadores;
> 2. As regras definidas têm de ser adequadas às condições locais (época, espaço, tecnologias disponíveis, quantidades de recursos disponíveis…);
> 3. Os utilizadores participam na definição/adaptação das próprias regras – acordos coletivos;
> 4. Os fluxos de benefícios proporcionados pela gestão comum são proporcionais aos custos de utilização;
> 5. Há um reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas;
> 6. É realizada a monitorização e são respeitadas as regras por parte dos utilizadores, com penalizações para os transgressores;
> 7. É garantido o fácil acesso a meios de resolução de conflitos bem como a custos reduzidos;
> 8. Há uma ligação na gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, partindo do particular para o geral. (OSTROM, 1990, *apud* SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011, p. 7)

Esses princípios demonstram que a gestão coletiva não é uma utopia, mas uma prática viável e eficaz quando construída a partir da participação comunitária, do reconhecimento mútuo e da cooperação. Aplicados ao turismo, eles indicam caminhos para que territórios sejam administrados de forma autônoma e sustentável, sem subordinação ao Estado ou ao mercado.

Piotr Kropotkin[4], por sua vez, amplia essa discussão ao apresentar o conceito de apoio mútuo. Em sua obra Apoio Mútuo: Um Fator de Evolução (2009), o autor argumenta que a cooperação entre os indivíduos é uma estratégia natural e essencial para a sobrevivência, especialmente em contextos de adversidade. Sua teoria surge como uma crítica direta ao darwinismo social, uma corrente que interpretava de forma reducionista a teoria da evolução de Darwin, defendendo que a sociedade humana seria regida pela competição e que existiriam indivíduos ou grupos naturalmente superiores a outros. Em oposição a essa visão, Kropotkin sustenta que a solidariedade é tão fundamental para a vida quanto a competição, afirmando que "a guerra de cada um contra todos

[4] Mais conhecido como um dos principais teóricos do anarquismo, também foi um renomado geógrafo e naturalista com contribuições significativas para a ciência, incluindo estudos sobre formações de gelo e glaciação.

não é a lei da natureza. A ajuda mútua é uma lei da natureza tanto quanto a luta de todos contra todos" (KROPOTKIN, 2009, p. 37).

Para sustentar sua tese, ele recorre a exemplos históricos e naturais, como comunidades rurais que se organizam coletivamente após desastres para reconstruir suas vidas e espécies animais que cooperam para resistir a condições ambientais extremas. Quando aplicado ao turismo, o conceito de apoio mútuo se manifesta na organização coletiva das atividades, na partilha justa dos benefícios e na construção de decisões baseadas no consenso, na cooperação e na solidariedade, princípios estes que desafiam a lógica competitiva e individualista do modelo capitalista dominante.

Mauro José Cavalcanti[5] (2010) leva esse debate ainda mais longe ao afirmar que a crise ecológica que vivemos não é apenas ambiental, mas também social e política. Sua leitura da teoria da ecologia social de Bookchin[6] defende que só será possível superar os problemas ambientais se transformarmos as estruturas de poder que os produzem. Como explica:

> A Ecologia Social sustenta a ideia básica de que os problemas ecológicos estão profundamente relacionados aos problemas sociais, particularmente no domínio dos sistemas políticos e sociais hierarquizados (CAVALCANTI, 2010, p. 13-14).

Nesse sentido, a autogestão não é apenas uma técnica de organização comunitária, mas também um projeto político de transformação social, baseado na democracia direta, na assembleia popular e na descentralização do poder. Cavalcanti apresenta a proposta de Bookchin sobre o municipalismo libertário como "a forma da liberdade" para institucionalizar o poder popular e fazer frente ao Estado e, eventualmente, substituí-lo por meio de uma confederação de municípios autônomos, fundada na "livre associação de assembleias de cidadãos" (CAVALCANTI, 2010, p. 14). Essa proposta seria posteriormente expandida no conceito de comunalismo libertário, um horizonte político que

[5] Pesquisador multidisciplinar com contribuições fundamentais na interface entre Ecologia Teórica

[6] Teórico político e pioneiro da ecologia social.

articula justiça social, democracia direta e sustentabilidade ecológica em um mesmo projeto emancipatório.

Autonomia territorial: paradigmas alternativos

Na América Latina, a crítica ao turismo tradicional e a busca por alternativas se conectam a debates mais amplos sobre território, identidade e modos de vida. Arturo Escobar[7] (2010) propõe o conceito de "territórios de diferença", entendendo o território não apenas como espaço físico, mas como lugar de construção política e cultural. Nesse sentido, os conflitos em torno do turismo e do uso dos territórios expressam não apenas disputas materiais, mas também choques entre diferentes formas de ver e habitar o mundo. O autor chama atenção para o fato de que "los conflictos culturales a menudo son la expresión de diferencias ontológicas subyacentes, es decir, de maneras diferentes de entender el mundo y, en última instancia, de mundos diferentes" (ESCOBAR, 2010, p. 31)[8]. Aqui, o termo ontologia refere-se aos modos fundamentais pelos quais diferentes grupos compreendem a realidade, ou seja, suas concepções sobre o que existe, qual o lugar do ser humano no mundo e como devem se organizar as relações entre sociedade e natureza.

Assim, o turismo comunitário, nesse contexto, é visto como prática de "reexistência", ao mesmo tempo resistência e criação de novas formas de viver, que reafirma o território como um projeto coletivo de vida e rompe com a lógica homogeneizadora do capitalismo global. Como destaca Escobar, "activistas y planificadores trataron de proteger construcciones y prácticas culturales basadas-en-lugar [...] manteniendo viva así a la más radical opción de las alternativas a la modernidad" (ESCOBAR, 2010, p. 216)[9].

[7] Antropólogo colombiano-estadunidense e figura central do pensamento decolonial.
[8] "Os conflitos culturais são frequentemente a expressão de diferenças ontológicas subjacentes, isto é, de maneiras diferentes de entender o mundo e, em última instância, de mundos diferentes."
[9] "Ativistas e planejadores trataram de proteger construções e práticas culturais baseadas no lugar [...] mantendo viva, assim, a mais radical opção entre as alternativas à modernidade."

Alberto Acosta[10] (2016) contribui com a noção de Sumak Kawsay ou Bem Viver, um paradigma originário dos povos andinos que propõe uma relação harmônica entre seres humanos, natureza e comunidade. A expressão Sumak Kawsay provém do idioma Kíchwa, falado majoritariamente no Equador, enquanto sua variante Suma Qamaña tem origem no Aymara, língua de povos bolivianos. Conceitos semelhantes também aparecem entre outras sociedades indígenas, como os Mapuche (Chile), Kunas (Panamá), Shuar e Achuar (Amazônia equatoriana) e nas tradições Maias (Guatemala e México), evidenciando que se trata de uma cosmovisão compartilhada em grande parte da Abya Yala (nome dado ao continente americano pelos povos Kuna, do Panamá, e que significa "terra em plena maturidade" ou "terra de sangue vital").

Mais do que uma categoria acadêmica, o Sumak Kawsay é uma filosofia de vida baseada na relacionalidade e complementaridade entre todos os seres vivos sejam humanos e não humanos, e constitui uma soma de práticas de resistência ao colonialismo e suas heranças. Como afirma Acosta:

> O Bem Viver, enquanto soma de práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas, é ainda um modo de vida em várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela Modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela (ACOSTA, 2016, p. 70).

Essa perspectiva propõe romper radicalmente com o paradigma do desenvolvimento ocidental, centrado no crescimento econômico e no consumo, ao colocar a economia a serviço da vida e não o contrário. Assim, o Bem Viver não surge no interior do Estado ou da academia, mas sim nos caminhos de luta e resistência dos povos originários contra a imposição cultural, econômica e política do Ocidente. Nesse sentido, o turismo comunitário autogestionário pode ser compreendido como uma expressão concreta desse paradigma, ao priorizar a cooperação, a harmonia ecológica e a valorização dos saberes locais como formas de reexistência e construção de alternativas à modernidade capitalista.

[10] Economista equatoriano e um dos principais formuladores políticos do conceito de Buen Vivir (Bem Viver). Ex-presidente da Assembleia Constituinte do Equador.

Por fim, Elisée Reclus[11] reforça a importância da geografia como ciência do território vivido. Para ele, o espaço é resultado da interação contínua entre sociedade e natureza, e não pode ser reduzido a um simples recurso econômico. Em suas reflexões, o geógrafo destaca que:

> A Terra deve ser cuidada como um grande corpo, cuja respiração realizada pelas florestas regular-se-ia em conformidade com um método científico; ela tem seus pulmões que os homens deveriam respeitar porquanto sua própria saúde depende deles (RECLUS, 2010, p. 38).

Essa visão revela uma concepção profundamente ecológica do espaço, na qual a saúde do planeta e a sobrevivência humana estão intrinsecamente conectadas. Sob essa ótica, o turismo comunitário deve ser entendido como parte de um processo mais amplo de construção do espaço, em que as comunidades reafirmam sua autonomia territorial ao mesmo tempo em que reconhecem e cuidam da teia de interdependências que sustenta a vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descolonização do olhar em prática

A análise dos casos empíricos demonstra que o turismo comunitário, especialmente no contexto do etnoturismo indígena, opera como uma estratégia de soberania territorial e narrativa, rompendo com a lógica colonial de apropriação e exotização do "outro" (URRY, 1996). Ao contrário do modelo tradicional, em que o olhar turístico transforma territórios e culturas em espetáculos consumíveis, as comunidades indígenas têm assumido o protagonismo na gestão da experiência turística, condicionando-a ao respeito aos seus modos de vida, cosmologias e formas próprias de hospitalidade.

[11] Geógrafo francês e um dos precursores da geografia social e do pensamento anarquista. Sua vasta obra enfatiza a relação indissociável entre o ser humano e o meio.

Um dos mecanismos centrais dessa descolonização é a elaboração do Plano de Visitação, documento construído coletivamente pelas comunidades e aprovado por órgãos competentes, como a Funai, com apoio técnico de instituições como o Instituto Socioambiental (ISA) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Esses planos estabelecem normas claras para a visitação, incluindo a proibição da coleta de materiais naturais e culturais e da produção ou divulgação de imagens sem autorização prévia da comunidade, conferindo a ela controle sobre sua imagem e narrativa (BARRA; FONTOURA; SOBREIRO, 2023). Ademais, a estrutura do etnoturismo exige que a chegada de visitantes seja mediada por um momento de "acolhida", geralmente conduzido por anciãos ou lideranças, em que são apresentados os valores culturais, as regras de convivência e o significado do território.

Essa prática materializa, portanto, a proposta de "descolonização do olhar", ao subverter a lógica exógena do turismo e transformar a visitação em um processo de aprendizado, respeito e reconhecimento. O território deixa de ser objeto de consumo e passa a ser reconhecido como espaço político e cosmológico, em que a comunidade exerce controle sobre a narrativa, sobre os fluxos e sobre a própria experiência turística. Trata-se, como argumentam Urry (1996) e Escobar (2010), de uma estratégia de reafirmação do "lugar" enquanto território de autonomia e agência, onde o turismo é apropriado como ferramenta política de resistência e produção de sentidos.

Os princípios de Ostrom: turismo como bem comum

A aplicação dos princípios de governança dos bens comuns propostos por Elinor Ostrom (1990) oferece uma lente importante para compreender como diversas comunidades no Brasil têm estruturado o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma prática autônoma e sustentável. Ao invés de ser conduzido por agentes externos ou por lógicas puramente mercadológicas, o TBC é concebido

e gerido pelos próprios grupos locais, que definem suas regras, objetivos e formas de operação conforme suas realidades culturais, sociais e territoriais.

Um dos casos mais emblemáticos analisados pela literatura é apresentado no artigo "O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil" (MARTINS; FUTEMMA, 2022). Nesse estudo, a atividade turística foi incorporada ao projeto comunitário como uma estratégia de fortalecimento cultural e permanência no território. As visitas são organizadas pela Associação Quilombola local, que estabelece regras claras sobre horários, número máximo de visitantes por dia e condutas permitidas dentro do território, o que corresponde ao primeiro princípio de Ostrom (limites claramente definidos).

Além disso, um grupo de moradores se responsabiliza pelo monitoramento ambiental e cultural das atividades turísticas, garantindo que a presença de visitantes não comprometa os modos de vida tradicionais nem cause impactos negativos aos ecossistemas locais (monitoramento e sanções graduais). A gestão é feita de forma coletiva em assembleias, nas quais todos os membros da comunidade podem opinar e decidir (arranjos coletivos de escolha).

Esse modelo não apenas garante o controle da comunidade sobre o turismo, como também fortalece vínculos sociais, cria oportunidades de geração de renda local e estimula a participação da juventude em processos decisórios, contribuindo para a reprodução sociocultural e a soberania territorial. Ao mesmo tempo, ele expressa os princípios do apoio mútuo defendido por kropotkin (2009), ao enfatizar a cooperação e ação coletiva como motores da autogestão comunitária, e materializa a ideia de gestão direta do território proposta por Reclus (2010), em oposição ao controle estatal ou corporativo.

Paradigmas alternativos e bem viver

O Turismo de Base Comunitária (TBC) no Brasil vai além de uma alternativa econômica: ele se conecta a paradigmas filosóficos e políticos que

desafiam a lógica capitalista tradicional de exploração da natureza e das pessoas. Um desses paradigmas é o Bem Viver (ACOSTA, 2016), conceito originário dos povos andinos que propõe uma relação de equilíbrio e complementaridade entre seres humanos, natureza e coletividade, em oposição à ideia de crescimento econômico ilimitado.

No contexto brasileiro, o Bem Viver se manifesta nas práticas cotidianas de diversas comunidades tradicionais, que constroem projetos turísticos voltados para a valorização dos saberes ancestrais, a proteção dos territórios e a autonomia política. Essa perspectiva redefine o turismo não como uma mercadoria ou produto de consumo, mas como um instrumento de luta, fortalecimento cultural e justiça socioambiental.

Essa articulação teórica e prática é fortalecida por experiências de redes de TBC, como a atuação relatada por Freire, Ribeiro e Oliveira (s. d.) na zona costeira do Ceará, em seu estudo "Caderno de Normas e Procedimentos Internos para o Turismo de Base Comunitária: experiência da rede tucum". Nesse contexto, o turismo comunitário é compreendido como um instrumento político de luta pela cultura e pelo território, estruturado a partir de normas e princípios coletivamente definidos pelas comunidades. "Como resultado, uma das grandes conquistas foi a visibilidade do debate sobre as lutas pelo território e a afirmação da cultura das populações da zona costeira do Ceará" (FREIRE; RIBEIRO; OLIVEIRA, s. d.).

Estudos sobre a comunidade quilombola do Sítio Arruda, também no Ceará, reforçam essa articulação ao demonstrar como práticas cotidianas, como a agricultura comunitária, o uso racional da água e a defesa dos saberes transmitidos por mulheres e anciãos, expressam a busca por equilíbrio e harmonia com a natureza (RODRIGUES et al., 2022). Essas práticas traduzem na realidade local os valores centrais do Bem Viver, como a reciprocidade, a solidariedade e a valorização do trabalho comunitário como fundamento do crescimento coletivo.

Ao ir além da noção de "Turismo Sustentável", essas experiências expressam uma forma de ecologia social (CAVALCANTI, 2010) na qual a comunidade autogerida é o sujeito da relação com o meio ambiente e o turismo se converte em ferramenta para construção de futuros coletivos. Essa abordagem se contrapõe ao discurso criticado por Acselrad (1999), segundo o qual a sustentabilidade muitas vezes é cooptada pelo capital e usada para legitimar práticas de exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu do objetivo de analisar o turismo comunitário sob a ótica da autogestão dos comuns, buscando compreender como essa prática desafia as lógicas estatais e mercadológicas e fortalece a autonomia territorial das comunidades envolvidas. A partir dessa perspectiva, a pesquisa investigou de que forma experiências concretas de Turismo de Base Comunitária (TBC) expressam a descolonização do olhar turístico, a governança coletiva dos bens comuns e a construção de paradigmas alternativos de relação com a natureza e com o território.

Os resultados demonstram que a autogestão, entendida como a capacidade das próprias comunidades de definirem regras, objetivos, limites e formas de uso dos seus territórios, é o elemento central que confere ao turismo comunitário um caráter contra-hegemônico. Ao subverter a lógica do turismo de massa, essas práticas constroem espaços de enfrentamento cultural, econômico e político, onde o território deixa de ser mercadoria entregue aos ideais capitalistas e passa a ser reconhecido como um bem comum, gerido coletivamente e orientado pelo interesse coletivo.

Entretanto, a natureza teórica e bibliográfica desta pesquisa impõe limites devido à sua abrangência. A ausência de trabalho de campo e observação direta restringe a análise de aspectos internos mais complexos, como os conflitos de

interesse, as dinâmicas de gênero e as tensões entre tradição e inovação no interior das comunidades.

Diante disso, recomenda-se que pesquisas futuras invistam em abordagens etnográficas e participativas, capazes de aprofundar a compreensão sobre os processos decisórios, os desafios cotidianos e as transformações internas que acompanham a consolidação do turismo comunitário. Tais investigações poderão não apenas enriquecer o debate acadêmico, mas também oferecer informações concretas para o fortalecimento dessas experiências como instrumentos de justiça socioambiental e emancipação coletiva.

REFERÊNCIAS

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1996. (Coleção Megalópolis). p. 18.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016. p. 70.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, n. 1, p. 81, maio 1999.

BARRA, Camila Sobral; FONTOURA, Ana Gabriela da Cruz; SOBREIRO, Thaissa. **Turismo indígena: modos de fazer**. São Paulo, SP: PIU Comunica, 2023. E-book. ISBN 978-65-980926-0-3.

CAVALCANTI, Mauro José. Murray Bookchin e o "anarquismo verde". In: BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. p. 7-17.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Tradução de Eduardo Restrepo. 1. ed. [S.l.]: Envión Editores, 2010. p. 31-216.

FREIRE, Sulamita Lino; RIBEIRO, Izaura Lila Lima; OLIVEIRA, Karoline Lucas de. **Caderno de Normas e Procedimentos Internos para o Turismo de Base Comunitária: experiência da Rede Tucum**. In: VI ICONNEPÍ PRIMAS TOKARTINE. [S.l.: s.n.], [2009-2012].

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio mútuo: um fator de evolução**. [S.l.]: A Senhora Editora, 2009. p. 37.

MARTINS, Mayara Roberta; FUTEMMA, Célia. **O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, PR, v. 59, p. 376-398, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.76646.

RECLUS, Élisée. **O homem e a Terra: a cultura e a propriedade**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Expressão & Arte; Editora Imaginário, 2010. p. 38.

RODRIGUES, Tayronne de Almeida et al. **Os princípios do bem viver na comunidade quilombola do Sítio Arruda em Araripe - Ceará**. Revista Anômalas, Catalão, GO, v. 2, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2022.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: "Governar os Comuns"**. [S.l.]: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2011. p. 7.